



ATA DE REUNIÃO

Aos dezenove dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis, às quatorze horas, na sede da autarquia RIOPRETOPREV, sito à Rua General Glicério, nº. 3553 (Centro), em cumprimento ao que estabelece o Decreto Municipal nº 16.524, de 23 de outubro de 2012 e alterações, reuniu-se o comitê de investimentos da RIOPRETOPREV, composto pelos *Membros*: Hélio Antunes Rodrigues (coordenador), José dos Santos Filho e Mário José Piccarelli de Castro. Participou também da reunião o Coordenador de Gestão de Custeio e Investimentos, Rubem Severian Loureiro. A reunião teve como pauta: **I – Abertura dos Trabalhos; II – Recepção de Instituições Financeiras; III – Votação da Ata da Reunião Anterior; IV – Deliberação sobre credenciamentos solicitados (se houver); V – Avaliação da carteira de investimentos no mês anterior; VI – Discussão e deliberações quanto aos novos investimentos (se houver).** O coordenador do Comitê de Investimentos, Hélio Antunes Rodrigues, dá abertura aos trabalhos. Em ato contínuo, os membros do comitê de investimentos apreciaram e aprovaram a ata nº 22. Em seguida, os membros iniciam a análise da carteira de investimentos da entidade, referente ao mês de abril de 2016, utilizando-se, para tanto, as informações levantadas pela Coordenadoria de Gestão e Investimentos: **a) Cenários e Expectativas do Mercado:** *Retrospectiva: Depois da admissibilidade do impeachment, aprovada pela Câmara dos Deputados no último dia 17/04, e recebida a decisão da Câmara, os blocos partidários, com representação no Senado, indicaram os nomes dos seus representantes para a formação da comissão, composta por 21 integrantes titulares e por 21 suplentes. Haverá o referendo do plenário aos integrantes da comissão e esta será definitivamente instalada. O parecer do impeachment será votado na comissão e depois no plenário, onde a aprovação se dá por maioria simples. Se efetivamente aprovado, a presidente é afastada por 180 dias, quando assume a presidência o vice, Michel Temer, até o Senado julgar a presidente pelo suposto crime de responsabilidade, em sessão que será conduzida pelo presidente do STF. A votação do parecer deve acontecer em meados de maio e o processo todo poderá se estender até o mês de outubro. O que também se pode observar, foram as movimentações do vice-presidente no sentido de escolher nomes que comporão o seu eventual governo. Em relação à economia internacional, na Europa, o Banco Central Europeu – BCE realizou mais uma reunião do conselho de política monetária, que manteve em 0% a taxa básica de juros e em -0,4% a taxa de depósito sobre as reservas dos bancos comerciais estacionadas no BCE. Por sua vez, a confiança dos consumidores nos 19 países da zona do euro aumentou em 0,4 ponto, para uma leitura -9,3. O PMI de serviços subiu de 53,1 em março, para 53,2 em abril e o PMI da indústria, de 53,1 em março, para 53,2 em abril. O DAX, índice da bolsa alemã terminou abril, subindo na última semana 3,20%, enquanto o FTSE-100, da bolsa inglesa, caiu 0,53%. Nos EUA, se a construção de imóveis novos encolheu 8,8% e as novas permissões de construção 7,7%, as vendas de imóveis usados subiram 5,1%, em março. O que causou surpresa, foi a inesperada queda dos pedidos de auxílio desemprego, que atingiram o menor nível desde 1973, demonstrando a continuada força do mercado de trabalho norte-americano. Declarações de presidentes regionais do FED vieram no sentido de uma nova alta dos juros, talvez já na próxima reunião. O índice S&P 500, da bolsa americana, terminou o mês com alta na semana de 0,52%. No Brasil, o IPC-S (FGV) desacelerou de 0,45% para 0,38%, da segunda para a terceira medição de abril, o IPC-Fipe desacelerou de 0,94% para 0,75%, da primeira para a segunda prévia do mês, o IGP-M também desacelerou de 0,43% para 0,30% na segunda prévia de abril. Já o IPCA-15, considerado uma prévia do IPCA de abril, acelerou de 0,43%, em março, para 0,51%, neste mês. Por seu turno, a taxa de desemprego aumentou para 10,2%, no trimestre encerrado em fevereiro, de acordo com a Pnad Contínua. Nessa data havia 10,4 milhões de pessoas desempregadas. Também foi divulgado, pelo Banco Central, o índice de atividade econômica IBC-Br, que mostrou uma contração da economia, em fevereiro, de 0,29%. Nos doze meses, encerrados em fevereiro, o IBC-Br acumulou queda de 4,63%. Em consequência da atividade econômica, que seguiu enfraquecendo, a Receita Federal informou que a arrecadação de tributos federais registrou uma nova queda real em março, desta feita de 6,96%. No primeiro trimestre do ano, o recuo foi de 8,2%. Foi também divulgado pelo BC, o déficit em transações correntes de US\$ 855 milhões, em março, sendo que no trimestre foi de US\$ 7,6 bilhões, folgadoamente coberto pelo*



49 Investimento Estrangeiro Direto – IED de US\$ 16,9 bilhões, no trimestre. O dólar (P-Tax 800) fechou a
50 última semana do mês com alta de 1,57%, acumulando no mês um avanço de 0,67%, enquanto o índice Bovespa
51 fechou a semana com queda de 0,60%, diminuindo o ganho no mês para 5,70%. Comentário Focus: O Relatório
52 Focus de 29/04/16, apontou uma nova queda das expectativas de inflação para 2016 e 2017. Os economistas
53 consultados, na média, acreditam que o IPCA subirá 6,94% (vindo de 7,28% há 4 semanas). Esta foi a oitava
54 semana consecutiva de queda nas previsões do mercado para o indicador. No Relatório Trimestral de Inflação
55 (RTI) divulgado em março, a estimativa do BC para o IPCA de 2016 estava em 6,6% no cenário de referência e
56 6,9% no cenário de mercado. Para o próximo ano, também houve uma queda na expectativa, de 5,72% (vindo de
57 6,00% há 4 semanas). Em relação à taxa Selic, houve queda da expectativa para o final de 2016 e 2017. Para
58 este ano, projetou-se 13,25% (vindo de 13,75% há 4 semanas) e para o ano que vem, 11,75% (vindo de
59 12,50% há 4 semanas). Com sinais de arrefecimento da inflação, o mercado financeiro agora prevê que o Copom
60 vai começar a baixar a taxa básica de juros em setembro. A taxa, hoje em 14,25% ao ano, seria reduzida em
61 0,25 ponto percentual, para 14,00% ao ano. Iria para 13,50% ao ano em outubro, 13,25% ao ano em
62 dezembro, 12,75% ao ano em janeiro de 2017, chegando a 12,25% ao ano em fevereiro e 12,00% ao ano em
63 abril, mantendo-se estável até o final de 2017. Todos os números estão em níveis mais baixos que os projetados na
64 semana passada. Quanto à atividade econômica, o mercado espera que a recessão se aprofunde ainda mais, com o
65 PIB caindo 3,89% (vindo de -3,73% há 4 semanas). Para 2017 a situação se inverteu. É esperada uma alta de
66 0,40% (vindo de 0,30% há 4 semanas). Para a produção industrial, foi estimada uma queda de 5,83% (vindo
67 de -5,80% há 4 semanas), para este ano, enquanto para o próximo, espera-se uma alta de 0,50% (vindo de
68 0,69% há 4 semanas). Já para a Balança Comercial, espera-se agora um superávit de US\$ 48 bilhões (vindo de
69 US\$ 44,80 bilhões há 4 semanas) neste ano e de US\$ 50 bilhões no próximo (idêntica há de 4 semanas atrás).
70 Para o Investimento Estrangeiro Direto, as expectativas são de US\$ 58 bilhões, neste ano (vindo de US\$ 55
71 bilhões há 4 semanas) e de US\$ 60 bilhões, no próximo ano (vindo de US\$ 54 bilhões há 4 semanas).
72 Perspectiva: Na Europa, serão divulgados nos próximos dias o índice de confiança do consumidor, da indústria e
73 dos serviços, bem como a inflação do consumidor em abril, o PIB do primeiro trimestre do ano e a taxa de
74 desemprego de março. Todos os indicadores da zona do euro. Nos EUA, serão divulgadas as vendas de casas
75 novas, em março e os índices de confiança do consumidor e da atividade industrial em Chicago, em abril. Além da
76 reunião do FED, que deliberará sobre a taxa básica de juros. No Brasil, serão divulgados o IPC-S da terceira
77 quadrissemana, o IPC-Fipe, do mesmo período, o IGP-M de abril e os dados da política fiscal, em março. Haverá
78 também reunião do Copom, para nova deliberação sobre a taxa Selic. No campo político, enquanto o Senado
79 continuará dando prosseguimento ao processo de impeachment, o vice-presidente Michel Temer continuará a sua
80 mobilização para angariar apoios para o seu projeto de governo. Para o ministério da Fazenda, a principal pasta,
81 dada a situação atual da economia, os favoritos parecem ser Henrique Meirelles e o Senador José Serra, cujas
82 competências são reconhecidas pelos mercados, depois da recusa de Arminio Fraga. De qualquer forma, com a
83 continuada deterioração das contas públicas, a atenção do mercado se volta não apenas sobre quais medidas
84 poderiam ser tomadas pelo novo governo, para começar a reverter a situação e recobrar a confiança dos investidores,
85 como também sobre qual seria a sua base de sustentação, para atingir os objetivos propostos para o país. Como as
86 próximas semanas ocorrerão eventos importantes, como as reuniões de política monetária, tanto no Brasil, quanto
87 nos EUA e a sessão do STF que deliberará sobre a questão das dívidas dos estados, muita volatilidade é esperada
88 em todos os mercados, além de todas as incertezas políticas. Na última semana do mês, os sub índices AMBIMA,
89 que vinham de uma semana ruim anterior, recuperaram fôlego e voltaram a apresentar bom desempenho,
90 especialmente nas carteiras de títulos públicos pré e pós-fixados, de longa duração. Apesar disso, continuam
91 bastante voláteis ainda acumulando os maiores ganhos no mês. Para as próximas semanas, embora os indicadores
92 de inflação estejam mais amenos, aguarda-se dados muito ruins em relação à execução da política fiscal. Nesse
93 contexto, verificam-se por parte das consultorias recomendação de expor a carteira de renda fixa aos vértices de
94 médio prazo (IMA-B 5 e IDkA 2A) em no máximo 40%. Os demais recursos devem ser direcionados para os
95 vértices mais curtos, ou seja, para ativos indexados ao IRFM-1, ou mesmo ao DI, já que, mesmo que o
96 rendimento não propicie a superação da meta atuarial, o risco de perda, num cenário tão incerto, fica



97 substancialmente reduzido. Nas estratégias que envolvam essencialmente a exposição ao risco de crédito (FIDC e
98 FI Crédito Privado, por exemplo), tem-se observado que a escassez de linhas de crédito para a produção e consumo
99 gerou uma abertura de spread (prêmio de risco) nas operações, que resultam em oportunidades interessantes para
100 investimentos. Com a devida cautela, e respeitados os limites das políticas de investimentos, há recomendações de se
101 avaliar investimentos nestes segmentos. Na renda variável, há recomendações de uma exposição de no máximo
102 20% para o segmento, já incluídas alocações em fundos imobiliários – FIIs e fundos em participação – FIPs, dado
103 a falta de percepção de melhora nos fundamentos econômicos que justifique elevar ainda mais o risco da carteira”;

104 **b) Diretrizes Estratégicas Estabelecidas pelo Comitê:** “No mês de abril continuamos vivenciando
105 um cenário bastante desafiador. Embora tenha havido a substituição da Presidente Dilma Rousseff pelo Vice
106 Michel Temer, que segundo a maioria dos analistas, geraria expectativas favoráveis no mercado financeiro e faria
107 crescer a confiança dos investidores, não parece ter ocorrido grandes mudanças de cenário. Primeiro porque o Vice
108 está exercendo a presidência de maneira interina, já que só assumirá em definitivo se houver a consolidação do
109 impeachment no julgamento que está em marcha no Senado, o que, aliás, parece fora de dúvida. Em segundo lugar
110 porque o governo montado pelo Presidente Interino tem muitos dos ministros citados ou investigados pela Lava
111 Jato, o que enfraquece grande parte do discurso utilizado para a abertura e no andamento do processo de
112 impedimento, além de estimular protestos contra o governo que já gozava (desde o nascedouro) de baixa
113 popularidade. Em terceiro lugar porque os imprevisíveis desdobramentos da Lava Jato, que ganhou vida própria e
114 precisa de fatos novos para não desaparecer do noticiário (que se constitui hoje em seu principal sustentáculo), vem
115 produzindo incômodos para o novo governo, a começar pela meteórica ascensão e queda do ministro do
116 Planejamento, Romero Jucá (Senador e Presidente do PMDB). Em quarto lugar porque as economias do mundo
117 desenvolvido, em especial EUA, Zona do Euro e Japão, além da China, continuam andando tropeçadamente, sem
118 conseguir dar ao mundo uma cara de desenvolvimento econômico e social, que inspire confiança para quem detém os
119 recursos para investir. Estes agentes, na dúvida, preferem aplicar no mercado financeiro globalizado, capturando
120 “rentabilidades”, e esperando que um novo ciclo se inicie e aponte as melhores oportunidades. Assim sendo,
121 continuamos a viver uma situação de grande volatilidade com idas e vindas que tornam difícil qualquer análise
122 consistente que indique caminhos para quem é, como nós, investidor que opera com visão de longo prazo. O
123 Relatório Focus do Banco Central, de 06/05/16, aponta para um cenário em que teríamos inflação em queda
124 acentuada, pois projeta para maio/16 um IPCA de 0,52% e para junho/16 um IPCA de 0,34%. Para o ano
125 de 2016 projeta um IPCA de 7% e para 2017 um IPCA de 5,62%. Esses números, se verificados na prática,
126 fariam com que nesse período mais longo os juros praticados pelo mercado, bem como a taxa Selic tivessem uma
127 trajetória de queda e com isso a performance dos fundos atrelados à inflação (IMAs e IDKAs) teriam ganhos
128 importantes decorrentes do fechamento da curva de juros futuros. Também pode-se imaginar que os fundos atrelados
129 a títulos pré-fixados (IRF M1 e 1+) teriam ganhos substanciais, pois a queda da inflação faria com que tais
130 fundos cuja renda está determinada na origem, estando a inflação embutida na taxa de juros que é paga pelo
131 emissor passariam a ter uma margem líquida de rendimento proporcionalmente maior. Com relação ao crescimento
132 do PIB, as estimativas observadas no Boletim Focus revelam uma projeção de -3,86% para 2016 e 0,50% para
133 2017. Esses números mostram que o mercado financeiro está embutindo em suas expectativas uma normalização e
134 uma retomada do crescimento econômico no médio prazo. Realmente há grande potencial para isso, com medidas
135 associados ao plano de concessões no setor de infraestrutura, que podem puxar o crescimento e com ele a geração de
136 empregos e renda. A grande dificuldade será implementar essas ações num ambiente de crise política, já que está
137 ainda não deu mostras de que vai ser bem resolvida. Caso haja um nível razoável de apaziguamento e diplomacia
138 política, poderá se obter algum sucesso na reconstrução da confiança e os investimentos serem retomados. No plano
139 externo, a alta do juro americano que se verificou no mês de dezembro-15, não teve a esperada continuidade
140 exatamente por causa das avaliações do FED em relação à economia da zona do euro e da China e, em parte, a
141 dos próprios EUA que também enfrenta dificuldade para uma retomada mais robusta. Por enquanto a incerteza
142 ainda predomina e, assim, o Comitê de Investimentos decidiu manter a estratégia mais defensiva colocada em
143 prática na virada de 2016. Porém, continua mantendo uma estratégia pontual de “entrada e saída” que
144 contempla: (i) a aquisição de cotas de fundos com títulos de longo prazo (IMA B5+ e IMA B) com objetivo de

3



145 capturar alguma rentabilidade derivada das performances associadas à volatilidade; (ii) acompanhamento diário da
146 evolução do mercado de juros futuros, mantendo os membros do Comitê sempre informados e prontos para discussão
147 e avaliação da situação do mercado financeiro; e (iii) redução da exposição em fundos de longo prazo e imediata
148 com a transferência dos recursos para fundos de curto prazo ou até para o DI para proteção da carteira. As
149 citadas avaliações, são sempre feitas com a consulta da consultoria e intensa troca de informações com outros
150 gestores de RPPS do Estado de São Paulo com os quais temos mantido conversas diárias. Em consequência dessa
151 decisão, foi reforçada em abril com exposição em fundos IDKA 2 e IMA B5, que somados ficaram com 21,6%.
152 Em abril ficou a carteira com as seguintes posições: vértice longo (IMA B 5+ mais IDKA 20), com 1,79% do
153 PL do instituto; todos os vértices (IMA B mais IMA GERAL), com 17,31% do PL; vértice curto (IMA B5
154 mais IDKA 2), com 21,6% do PL; IPCA (29,25%); conservadores (CDI mais IRF M1 mais IRF M1+)
155 18,91%; e finalmente RENDA VARIÁVEL, 11,16% do PL". **c) Limites (artigos, incisos e**
156 **alíneas da resolução 3992/2010):** "Conforme relatório da Coordenadoria GCI referente ao mês de abril-
157 2016, todos os fundos de nossa carteira estão totalmente enquadrados, sem ressalvas. Todos os limites da
158 Resolução 3922 estão sendo cumpridos ficando boa margem para que não ocorram desenquadramentos passivos.
159 Neste mês não houve nenhum caso de desenquadramento passivo. O maior percentual em relação ao PL de um
160 fundo é de 7,66% que ocorre com o Fundo BB SETOR FINANCEIRO FIC AÇÕES (limite é 25%, cf.
161 Art 14 da Res 3922), sendo que os dois seguintes, o 2º e o 3º maiores são: XP DIVIDENDOS FLA que tem
162 6,64% do PL e WESTERN ASSET US INDEX 500 FIM com 5,61% do PL. Por outro lado, o maior
163 percentual em relação ao PL da Riopretoprev é de 13,87% que ocorre com o Fundo CAIXA BRASIL FI
164 IDKA IPCA 2A RF LP (limite é 20%, cf Art 13 da Res 3922), sendo o 2º e o 3º os seguintes fundos:
165 CAIXA NOVO BRASIL IMA B FIC RF LP que tem 13,77% e BRADESCO FI REFER DI
166 PREMIUM que tem 12,10% do PL. Segue abaixo descrição detalhada: Renda Fixa: Art 7º,I,b => % PL
167 51,04% Limite 100%; Art 7º,III,a => % PL 19,66% Limite 80%; Art 7º,IV,a => % PL 17,15%
168 Limite 30%; Art 7º,VII,b => % PL 0,99% Limite 5%; TOTAL RENDA FIXA 88,84%, LIMITE
169 100%. Renda Variável: Art 8º, III => % PL 7,51% Limite 15%; Art 8º, IV => % PL 3,65% Limite
170 5%; TOTAL RENDA VARIÁVEL 11,16%, LIMITE 30%". **d) limites da política de**
171 **investimentos referente às instituições financeiras:** "Conforme relatório da Coordenadoria GCI,
172 todos os fundos de nossa carteira estão totalmente enquadrados na Política de Investimentos, sem ressalvas. Não
173 houve desenquadramento passivo. Todos os segmentos representados por artigos, incisos e alíneas estão dentro dos
174 limites verificando-se em todos um GAP que nos permite trabalhar sem estresse, conforme descrição abaixo: Renda
175 Fixa: Art 7º,I,b => % PL 51,04% Limite 75%; Art 7º,III,a => % PL 19,66% Limite 50%; Art
176 7º,IV,a => % PL 17,15% Limite 30%; Art 7º,VII,b => % PL 0,99% Limite 5%; TOTAL RENDA
177 FIXA 88,84%, LIMITE 165%. Renda Variável: Art 8º,III => % PL 7,51% Limite 15%; Art 8º,IV
178 => % PL 3,65% Limite 5%; TOTAL RENDA VARIÁVEL 11,16%, LIMITE 35%"; **e)**
179 **Equilíbrio na distribuição dos recursos entre instituições e benchmarks (diversificação):**
180 "Bom equilíbrio entre instituições e benchmarks, com boa diversificação de gestores e produtos e também de níveis
181 de risco: (i) O Banco do Brasil tem 14 fundos (R\$ 56,77 milhões; ou 21,74% do PL), sendo 5 de renda variável
182 (5 fundos bastante distintos em termos de tipos de ativo e estratégias de alocação, com predominância de fundos do
183 segmento financeiro) e 9 de renda fixa (5 IPCA com carência até o vencimento dos títulos; 1 fundo DI; 1 IDKA
184 2; 1 IDKA 20; 1 IRF M1); (ii) A Caixa tem 13 fundos (R\$ 133,60 milhões; ou 51,15% do PL) sendo 1 de
185 renda variável (Multimercado) e 12 de renda fixa (2 fundos DI; 4 IMAs, sendo 1 IMA B; 1 IMA B5; 1
186 IMA Geral; e 1 IMA B5+; 1 IRF M1+; 1 IPCA Cred Priv; 3 IPCA Tit Publ, (estes 3 últimos com
187 carência até o vencimento dos títulos, com vencimento único para 2016, 2016 e 2024, respectivamente); e 1
188 IDKA IPCA 2A; (iii) O Bradesco tem 2 fundos (R\$ 41,06 milhões; ou 15,72% do PL), sendo ambos de
189 renda fixa (1 fundo DI; e 1 IRF M1); (iv) A Geração Futuro tem 4 fundos (R\$ 5,68 milhões; ou 2,17% do
190 PL), 3 de renda variável e 1 de renda fixa, sendo 1 de Ações Dividendos; 2 de Ações Livres e 1 IMA B; (v) A
191 XP Investor tem 2 fundos (R\$ 2,86 milhões; ou 1,10% do PL), ambos de renda variável, sendo 1 de Ações
192 Dividendos; e 1 de Ações Livres; (vi) O Banco Safra tem 2 fundos (R\$ 5,93 milhões; ou 2,27% do PL), sendo 1

4



193 IRF M1 e 1 IMA B (este com estratégia diferenciada dos outros IMA B, pois aproxima os resultados aos fundos
194 IMA B5); (vii) O Santander (R\$ 7,52 milhões; ou 2,88% do PL, 1 IMA B5); e (viii) A Western Asset (R\$
195 7,76 milhões; ou 2,97% do PL, 1 fundo Multimercado cuja estratégia obtém resultados com os contratos de juros
196 futuros da BM&F e com a trajetória de um dos índices da bolsa americana, o S&P 500).”; f)
197 **Investimentos em Renda Fixa:** “Neste mês, 89,84% (R\$ 232,03 milhões) dos recursos ficaram em
198 Renda Fixa. Dos 27 fundos de RF todos tiveram performance positiva. Os fundos mais conservadores (CDI;
199 IRF M1; IRF M1+) tiveram um desempenho entre 1,03% e 4,87%, ficando quase todos acima da meta
200 atuarial, que neste mês ficou em 1,10%. Os fundos de vértice curto: 2 fundos IDKA 2 (0,91%) ficaram abaixo
201 da meta; e os 3 fundos IMA B5 (1,91%) ultrapassaram a meta atuarial. Os 9 fundos IPCAs (0,99%),
202 contribuíram para puxar um pouco para baixo a média do mês e para que o desempenho do segmento de RF ficasse
203 em 2,13% (194% da meta). Os fundos que contemplam títulos de todos os vértices: 2 IMA B (3,67%); 1 IMA
204 GERAL (2,93%), tiveram desempenho bastante positivo, ajudando a puxar para cima a rentabilidade. Os
205 fundos de longo prazo: 1 IMA B5+ (4,28%); 1 IDKA 20 (7,16%), que experimentaram grande volatilidade
206 no decorrer do mês, ficaram bem além da meta, puxando para cima o rendimento do segmento de RF. Assim, o
207 fechamento do mês (2,13% na RF); (3,81% na RV) e (2,31% no total da Carteira) acabou sendo muito
208 superior à meta (que registrou 1,10%). Vale lembrar que os fundos IPCA apresentam em seus extratos mensais
209 as valorizações ou desvalorizações (neste mês valorizações) nas condições de “marcação a mercado” e não a
210 “marcação na curva” que para o caso desses fundos específicos é o que vale para efeito do cumprimento da meta
211 atuarial, pois que somente serão resgatados no vencimento dos títulos, pagando o que foi acordado quando da
212 compra dos fundos. No conjunto os fundos de RF registraram uma valorização de R\$ 4.835,6 mil (2,13%)”; g)
213 **investimentos no segmento de renda variável:** “No mês, 11,16% (R\$ 29,1 milhões) dos recursos
214 ficaram aplicados em Renda Variável. O segmento teve desempenho muito positivo, porém com grandes contrastes,
215 tendo fundo de RV que registrou valorização de 0,83% e fundo que registrou valorização de 14,6%. Os três que
216 menos renderam foram: (CAIXA BRASIL MULTIMERCADO) com 0,83%; (BB AÇÕES BB
217 SEGURIDADE) com 1,07%; (WESTERN ASSET US INDEX 500 FIM) com 1,23%. Os três que
218 mais renderam foram: (BB AÇÕES CIELO) com 14,6%; (XP INVESTOR FIA) com 9,24%; e (BB
219 SETOR FINANCEIRO) com 6,96%. O fundo Multimercado da Caixa (CAIXA BRASIL IPCA VIII
220 FIM) manteve o comportamento que tem tido há vários anos, sendo que seu histórico é condizente com o de um
221 fundo de renda fixa. A quase totalidade dos fundos de RV ficou abaixo do IBOVESPA no mês, que registrou
222 7,70%. Apenas 1 fundo de RV conseguiu superar esse índice, conforme mostrado acima. Com exceção de um dos
223 fundos, todos os restantes fundos de RV, em abril contribuíram significativamente para puxar para cima os
224 rendimentos, demonstrando a validade de manter essa pequena participação (11,16%) em RV. Os fundos de ações
225 que temos tem sólidos fundamentos e, apesar da volatilidade, certamente contribuirão para o desempenho da
226 carteira no longo prazo. Em comparação com a meta atuarial (1,10% no mês), o segmento de RV registrou
227 346% da meta. Os fundos de renda variável, no conjunto, geraram um rendimento positivo de R\$ 1,070,3 mil,
228 que representa na média 3,81% de valorização dos ativos;” h) **principais indicadores dos**
229 **investimentos:** RENDIMENTO FINANCEIRO x META ATUARIAL RENDIMENTO
230 (em R\$ mil): R\$ 5.905,9; RENDIMENTO (em %): 2,31%; META ATUARIAL (%): 1,10%;
231 META GERENCIAL (IMA-B) (%): 3,93%; CDI: 1,05%; IBOVESPA: 7,70%; IBX-50: 7,24%;
232 IRF M1: 1,07%; RAZÃO: RENDIMENTO FINANCEIRO x META ATUARIAL NO MÊS
233 (%): 210,00%; RAZÃO: RENDIMENTO FINANCEIRO x META ATUARIAL NOS
234 ÚLTIMOS 3 MESES: 189,88%; NOS ÚLTIMOS 6 MESES: 119,14%; NOS ÚLTIMOS: 12
235 MESES: 78,10%; DESDE O INICIO ADM CARTEIRA: 59,79%. O Comitê delibera pela aprovação
236 do edital de credenciamento de instituições financeiras para o segundo semestre de 2016, cujo conteúdo segue
237 transcrito: Edital de Credenciamento de Instituições Financeiras: 1. Objetivo: Este procedimento tem por objetivo
238 promover o credenciamento de administradores, gestores, distribuidores, agentes autônomos aptos a receberem
239 recursos deste Regime Próprio de Previdência Social do Município de São José do Rio Preto, em conformidade com
240 a Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011 – alterada pela Portaria MPS Nº 440, de 09 de outubro de

5



241 2013. 2. Procedimento para Credenciamento: Para o devido credenciamento dos administradores, gestores,
242 distribuidores e agentes autônomos, estes deverão apresentar os formulários e documentos comprobatórios
243 relacionados no item 2.1.1 (gestores), 2.1.2 (administradores) e 2.1.3 (distribuidores e agentes autônomos), bem
244 como atender aos requisitos qualitativos descritos no item 2.2. Fica vedada a participação de empresas que se
245 enquadrem nas situações abaixo dispostas: a) Em caráter de suspensão temporária imposta por qualquer órgão da
246 Administração Pública; b) Sejam consideradas como inidôneas em qualquer esfera de Governo; c) Estejam sob
247 intervenção, falência, dissolução ou liquidação. 2.1. Documentos Comprobatórios para os gestores/ administradores:
248 Os interessados em participar do credenciamento deverão apresentar, previamente, em mídia digital, ou por e-mail,
249 os seguintes documentos e formulários: 2.1.1. Gestor: 1. Termo de Análise de Credenciamento (formulário)
250 devidamente preenchido (anexo I); 2. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social; 3. Ato Declaratório –
251 CVM; 4. Autorizações CVM; 5. Balanços dos 2 últimos anos com Índices de Liquidez; 10. Certidão Negativa
252 de Débitos Trabalhistas; 11. Certidão Negativa de Débitos de Tributos Estaduais; 12. Certidão Negativa de
253 Débitos de Tributos Federais; 13. Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais; 14. Certificado de
254 Regularidade de FGTS; 17. Declaração de Inexistência de Condenações junto ao Bacen, CVM e Anbima; 18.
255 Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos; 19. Questionário Padrão Due Diligence para Fundos de
256 Investimento – Seção 1 e seus Anexos; 20. Relatórios de Gestão de Qualidade; 21. Relatórios de Rating (gestão
257 e/ou risco); 22. Termo de Adesão ao Código de Ética da ANBIMA; para cada fundo de investimento que a
258 instituição pretenda receber recursos, desde que devidamente enquadrado na Resolução CVM 3.922/10, deverá
259 apresentar, também, anexados à documentação acima: 1. Termo Anexo de Análise de Credenciamento do fundo
260 de investimento (formulário), devidamente preenchido e assinado por representante legal do gestor/ administrador
261 (anexo II); 2. Questionário Padrão Due Diligence para Fundos de Investimento – Seção 2 da ANBIMA; 2.
262 Regulamento; 3. Lâmina de Informações Essenciais posicionada em 30/06; 4. Formulário de informações
263 complementares; 5. Perfil Mensal do mês de junho; 6. Demonstração de Desempenho; 7. Relatórios de Rating; 8.
264 Demonstrações Contábeis; 2.1.2. Administrador: 1. Termo de Análise de Credenciamento (formulário),
265 devidamente preenchido e assinado por representante legal (anexo III); 2. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato
266 Social; 3. Ato Declaratório – CVM; 4. Autorizações CVM; 5. Balanços dos 2 últimos anos com Índices de
267 Liquidez; 10. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; 11. Certidão Negativa de Débitos de Tributos
268 Estaduais; 12. Certidão Negativa de Débitos de Tributos Federais; 13. Certidão Negativa de Débitos de
269 Tributos Municipais; 14. Certificado de Regularidade de FGTS; 17. Declaração de Inexistência de Condenações
270 junto ao Bacen, CVM e Anbima; 18. Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos; 2.1.3.
271 Distribuidores/ Agentes Autônomos: 1. Termo de Análise de Credenciamento (formulário), devidamente
272 preenchido e assinado por representante legal (anexo IV); 2. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social; 3.
273 Ato Declaratório – CVM; 4. Autorizações CVM; 10. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; 11.
274 Certidão Negativa de Débitos de Tributos Estaduais; 12. Certidão Negativa de Débitos de Tributos Federais;
275 13. Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais; 14. Certificado de Regularidade de FGTS; 15.
276 Contrato de Distribuição; 16. Declaração de Inexistência de Condenações junto ao Bacen, CVM e Anbima; 17.
277 Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos; não atendendo ao disposto acima, a instituição será excluída do
278 processo de credenciamento. 2.2. Análise Qualitativa do Gestor: Esta análise terá, como objetivo, a obtenção de
279 razoável compreensão da aderência do fundo a regulamentação aplicável ao RPPS e da potencialidade da
280 instituição administradora e gestora em cumprir o seu dever fiduciário. Com relação à potencialidade fiduciária da
281 gestora, a análise observará os seguintes quesitos básicos: a) Tradição e Credibilidade da Instituição – envolvendo
282 volume de recursos administrados e geridos, no Brasil e no exterior, capacitação profissional dos agentes envolvidos
283 na administração e gestão de investimentos do fundo, que incluem formação acadêmica continuada, certificações,
284 reconhecimento público etc., tempo de atuação e maturidade desses agentes na atividade, regularidade da
285 manutenção da equipe, com base na rotatividade dos profissionais e na tempestividade na reposição, outras
286 informações relacionadas com a administração e gestão de investimentos, que permitam identificar a cultura
287 fiduciária da instituição e seu compromisso com princípios de responsabilidade nos investimentos e de governança; b)
288 Gestão do Risco – envolvendo qualidade e consistência dos processos de administração e gestão, em especial aos



289 *riscos de crédito – quando aplicável – liquidez, mercado, legal e operacional, efetividade dos controles internos,*
290 *envolvendo, ainda, o uso de ferramentas, softwares e consultorias especializadas, regularidade na prestação de*
291 *informações, atuação da área de “compliance”, capacitação profissional dos agentes envolvidos na administração e*
292 *gestão de risco do fundo, que incluem formação acadêmica continuada, certificações, reconhecimento público etc.,*
293 *tempo de atuação e maturidade desses agentes na atividade, regularidade da manutenção da equipe de risco, com*
294 *base na rotatividade dos profissionais e na tempestividade na reposição, outras informações relacionadas com a*
295 *administração e gestão do risco. c) Avaliação do retorno dos fundos sobre os índices de referência e relação com o*
296 *risco nos 12 meses anteriores ao credenciamento; 2.3. Análise Qualitativa do Administrador: Esta análise terá,*
297 *como objetivo, a obtenção de razoável compreensão da aderência do fundo a regulamentação aplicável ao RPPS e*
298 *da potencialidade da instituição administradora em cumprir o seu dever fiduciário. Com relação à potencialidade*
299 *fiduciária da administradora, a análise observará os seguintes quesitos básicos: a) Tradição e Credibilidade da*
300 *Instituição – envolvendo volume de recursos administrados e geridos, no Brasil e no exterior, capacitação*
301 *profissional dos agentes envolvidos na administração e gestão de investimentos do fundo, que incluem formação*
302 *acadêmica continuada, certificações, reconhecimento público etc., tempo de atuação e maturidade desses agentes na*
303 *atividade, regularidade da manutenção da equipe, com base na rotatividade dos profissionais e na tempestividade*
304 *na reposição, outras informações relacionadas com a administração e gestão de investimentos, que permitam*
305 *identificar a cultura fiduciária da instituição e seu compromisso com princípios de responsabilidade nos*
306 *investimentos e de governança; Os Formulários de Credenciamento das Instituições Financeiras (administrador e*
307 *gestor) e dos Fundos de Investimentos (Anexos I, II e III), que serão remetidos aos administradores e gestores do*
308 *fundo, coletarão dados específicos para processo de classificação da instituição. O Formulário de Credenciamento*
309 *dos Distribuidores e Agentes Autônomos visa a demonstrar sua regularidade perante os órgãos fiscalizadores e*
310 *estatais, tornando-os aptos a atuarem como distribuidores ou agentes autônomos perante a entidade. Além das*
311 *informações disponíveis no formulário, poderão ser considerados, conforme as situações, metodologias adicionais tais*
312 *como: participação em reuniões periódicas com a equipe de gestão de sua área de risco; visitas in loco; análise dos*
313 *documentos legais (consulta CVM); análise de demonstrações financeiras. 3. Processo de Classificação: Serão*
314 *credenciados os administradores que obtiverem, no mínimo, 10 pontos e os gestores que obtiverem no mínimo 40*
315 *pontos no processo de avaliação fixado neste termo. A cada 12 (doze) meses, contados da data do credenciamento*
316 *anterior, serão realizadas as reavaliações dos administradores, gestores, distribuidores, agentes autônomos e fundos*
317 *de investimentos. Os resultados de todas as análises, tanto no processo de seleção quanto no processo de avaliação*
318 *periódica, devem ser formalmente encaminhados ao Comitê de Investimentos para as deliberações aplicáveis,*
319 *compondo documentos a serem transcritos ou registrados nas atas de reuniões, sendo obrigatória a disponibilização*
320 *das informações relativas ao processo de credenciamento das instituições financeiras aos segurados e pensionistas.*
321 *Caberá ao Comitê de Investimentos atribuir o Índice de Qualidade de Gestão à instituição financeira, mediante*
322 *decisão fundamentada e registrada em ata. O Comitê de Investimentos encaminhará a decisão proferida à*
323 *Superintendência da Entidade, a fim que seja emitido o certificado de credenciamento à instituição participante.*
324 *3.1. Metodologia: Os quesitos analisados para os gestores serão pontuados seguindo os subitens abaixo: a)*
325 *Experiência no mercado (2 a 10 pontos); b) volume de Recursos sob administração/gestão (0 a 10 pontos); c)*
326 *Retorno sobre índice de referência versus grau de risco (10 a 60 pontos); c) Rating de Risco ou Rating de Gestão*
327 *(0 a 20 pontos); d) Penalidades (Processos Administrativos, Processos Judiciais e Investigações da PF, MP e*
328 *MPTS): (-10 a 0 pontos); Os quesitos analisados para os administradores serão pontuados seguindo os subitens*
329 *abaixo: Experiência no mercado (2 a 10 pontos); volume de Recursos sob administração/gestão: (0 a 10 pontos);*
330 *Penalidades (Processos Administrativos, Processos Judiciais e Investigações da PF, MP e MPTS): (-10 a 0*
331 *pontos); 3.1.1. Critério para auferir a Experiência da Instituição no Mercado (C.T.): Tempo (Anos)*
332 */Pontuação: De 2 a 4/2; de 4 a 6/4/ De 6 a 8/6; De 8 a 10/8; Acima de 10/10. Obs.: Deverá ser*
333 *utilizado como base para a contagem do tempo a data do ato declaratório para funcionamento expedido pela*
334 *Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Instituições que apresentarem tempo de atuação menor que 2 (dois)*
335 *anos estão inaptas a atuarem no RPPS, sendo indeferido seu credenciamento. 3.1.2. Critérios para Volume de*
336 *Recursos Administrados/Geridos em Fundos de Investimentos - (C.V): Recurso (Milhões – R\$) /Pontuação:*



337 Até 100,00/0; 100,01 a 200,00/2; 200,01 a 400,00/4; 400,01 a 800,00/6; 800,01 a 1.600,00/8;
338 Mais de 1.600,00: 10. 3.1.3. Retorno sobre índice de referência x grau de risco (C.I.): Com base nos fundos
339 informados no Formulário de Credenciamento do administrador/gestor, será realizada a análise da rentabilidade
340 do fundo, comparada com o índice de referência e o grau de risco, tendo preferência para comparação os fundos já
341 presentes na carteira do RPPS. Ressaltamos, porém, que somente serão admitidas aplicações nos fundos cujo
342 formulário específico tenha sido enviado anexado ao formulário de Credenciamento do administrador/gestor. Com
343 base no resultado da análise será atribuída a seguinte pontuação: Rentabilidade / Índice de Referência -Grau de
344 Risco- Pontuação: Abaixo de 75,00%: Baixo 10; Médio 10; Alto 10; de 75,01% a 90,00%: Baixo 27;
345 Médio 25; Alto 23; De 90,01% a 98,00%: Baixo 38; Médio 35; Alto 32. De 98,01% a 102,00%:
346 Baixo 49; Médio 47; Alto 45. A partir de 102,01%: Baixo 60; Médio 57; Alto 55. Ao analisar as
347 instituições que fazem, exclusivamente, a administração e gestão de FIDC's e fundos estruturados, a aderência da
348 rentabilidade e risco deverão ser realizados com base no processo histórico de performance dos fundos administrados
349 e geridos, sendo que administrador e gestor deverão apresentar ao RPPS um breve histórico da experiência da
350 instituição. Nos FIDC's e fundos estruturados, as avaliações semestrais podem ser dispensadas caso o fundo
351 equivalha, tão somente, a um veículo de investimento – ausência de efetiva gestão – ou quando estiver em processo
352 avançado de desinvestimento. 3.1.4. Critérios para Rating de Qualidade de Gestão (C.R.): No caso de gestor de
353 investimentos, deverá ele estar enquadrado numa das categorias abaixo: Agência: Rating: Pontuação: Standard &
354 Poor's >AMP-3: 20; Moody's >MQ3: 20; Fitch Ratings > Bom Padrão (M3): 20; Austin Rating >QG2:
355 20; SR Rating >A: 10; LF Rating >LFg2: 10; Liberum Ratings >AM2: 10; Austin Rating >QG3: 10;
356 SR Rating >BBB: 8; LF Rating >LFg3: 8; Liberum Ratings >AM3: 8; Nos casos em que os gestores de
357 recursos que sejam subsidiários integrais de administradores e/ou gestores de recursos sediados no exterior, e que
358 não tenham classificação de risco atribuída no Brasil, serão admitidas as classificações de riscos atribuídas às
359 matrizes em seus países de origem, considerando para a escala global a mesma equivalência da escala nacional, e
360 desde que atribuídas pelas agências classificadoras de risco Standard & Poor's, Moody's ou Fitch Ratings. Obs.:
361 Os gestores que não atenderem aos requisitos mínimos de Rating de Qualidade de Gestão definidos acima, estarão
362 automaticamente desclassificados para o Credenciamento. 3.1.5. Penalidades (C.P.): Caso existam processos
363 administrativos, judiciais ou investigações da Polícia Federal, Ministério Público ou Ministério do Trabalho e da
364 Previdência Social que envolvam a instituição financeira, poderá, a critério do Regime Próprio de Previdência
365 Social, ser atribuída pontuação negativa, conforme critério a seguir: Tipologia Pontuação: Processos:
366 Administrativos: -10; Processos Judiciais: -10; Investigações PF, MP, MTPS: -10; 3.2. Resultado: As
367 somatórias dos resultados dos subitens representam um nível de Índice de Qualidade de Gestão do Regime Próprio
368 (IQG): $IQG = C.T. + C.V. + C.I. + C.R. - C.P. - 20$. Onde: C.T. = Critérios para Tempo e Experiência;
369 C.V. = Critérios para Volume de Recursos Administrado; C.I. = Critérios para Retorno/índice/risco; C.R. =
370 Critérios para Avaliação do Rating; C.P. = Critério de Penalidades. Tabela I: Nível: Descrição/Resultado (em
371 pontos) /Limite: IQG-1: As instituições administradoras e gestoras classificadas neste nível apresentam histórico
372 consistente de risco e retorno. São consideradas instituições com elevada credibilidade, tradição em gestão e sólida
373 estrutura organizacional. Contam com eficazes e seguros processos de investimento e de análise de risco, equipes com
374 formação profissional altamente qualificada, elevada experiência e baixa rotatividade. Apresentam, ainda,
375 ambiente de controle interno seguro, capaz de garantir total disponibilidade, integridade, tempestividade e
376 rastreabilidade das informações. No geral, as instituições classificadas neste nível são capazes de assegurar o
377 cumprimento do dever fiduciário em sua plenitude: Superior a 60: Plenitude dos percentuais da Resolução 3922;
378 IQG-2: As instituições administradoras e gestoras classificadas neste nível apresentam histórico consistente de risco
379 e retorno. São consideradas instituições com credibilidade e adequada estrutura organizacional. Contam com
380 processos formalizados de investimento e de análise de risco, equipes com profissionais qualificados e com boa
381 experiência, assim como adequados controles internos. No geral, as instituições classificadas neste nível atendem aos
382 princípios mais relevantes do dever fiduciário: Entre 40 e 59. Alocação de, no máximo, até 5% dos recursos
383 garantidores do plano de beneficiários; IQG-3: Atuação cujos aspectos relacionados com histórico de risco e retorno,
384 estrutura e credibilidade da instituição administradora e gestora, processos de investimento e de controles internos,

8